

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL**  
**FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA – DOCTUM**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**MERYELLEN BRANDES FARIA**

**SEMADARHA DOS SANTOS**

**O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS**

**SERRA**  
**2015/1**

**MERYELLEN BRANDES FARIA**

**SEMADARHA DOS SANTOS**

**O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido à Faculdade Doctum de  
Pedagogia da Serra – Doctum, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria das  
Dôres Santos Silva

**SERRA  
2015/1**

**MERYELLEN BRANDES FARIA**

**SEMADARHA DOS SANTOS**

**O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra - Doctum como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovadas em \_\_\_\_\_ pela banca composta pelos professores:

---

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria das Dôres Santos Silva

---

Examinadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karla Veruska Azevedo

Aos nossos familiares que contribuíram para essa conquista pessoal, acadêmica e profissional.

A nossa orientadora Maria das Dores Santos Silva, que se empenhou em transmitir atenção, conhecimento, carinho e confiança.

Dedicamos

## AGRADECIMENTO

Eu, Meryellen Brandes Faria, ao concluir este trabalho tenho muito a agradecer...

... Ao Deus da minha vida pela presença constante, sempre iluminando meu caminho. Sinto que com o Senhor ao meu lado posso enfrentar qualquer obstáculo, obrigada por essa conquista;

... À pessoa que presenciou de muito perto minha luta na elaboração deste trabalho, percebendo que na estreita relação que se estabelece entre um casal, um é a alavanca do outro e pacientemente compreendeu minhas angústias: meu esposo Gessy;

... Ao meu amado filho Davi que sem perceber enche minha vida de alegria e esperança me tornando forte. Hoje minha vitória é dele;

... A professora, Vasty de Paula Correia, que no princípio foi de suma importância para a realização desse estudo. Você é maravilhosa!

... A orientadora Maria das Dôres, pelo apoio e conhecimento transmitido, obrigada pela atenção e incentivo.

E por último, e não menos importante, obrigada à minha amiga de projeto:

Semadarha,

Obrigada pela parceria.

Eu, Semadarha dos Santos, agradeço a Deus, por me abençoar em toda essa trajetória e me conceder mais esse conquista. A Ele, toda honra e Glória.

Aos meus pais, que sempre me encorajaram diante das dificuldades e contratempos da vida. Faltam-me palavras para expressar minha gratidão. Amo vocês.

Aos meus irmãos, pelo carinho e compreensão.

Ao meu namorado Diego, pelo companheirismo e por me fortalecer nos momentos difíceis.

A minha amiga Meryellen, pela parceria e confiança na execução do trabalho.

A minha professora orientadora, Ms Maria das Dôres., pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre tranquila e com uma simpatia contagiante.

Aos familiares e amigos, pelo apoio e incentivo. Só tenho a agradecer. Obrigada!

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire (1987)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como os docentes atuam na elaboração do planejamento pedagógico no contexto da Educação de Jovens e Adultos, colocando a questão do planejamento como relevante para organização deste trabalho, principalmente considerando o público alvo dessa modalidade. O campo de pesquisa foi uma escola pública do Ensino Fundamental, localizada no município de Serra (ES). Para a coleta de dados, utilizamos nossos registros oriundos dos relatórios de uma disciplina do curso de Pedagogia, entrevista semiestruturada, observações, conversas com os alunos e docentes. As leituras de FREIRE, LIBÂNEO, VEIGA, nos auxiliaram no processo de compreensão do tema. Concluímos que apesar de muitos professores não terem consciência da fundamental importância do planejamento, outros por sua vez não só têm feito o uso do planejar, como também tem tido bons resultados no trabalho docente, refletindo na aprendizagem dos seus alunos.

**Palavras-chave:** Planejamento. Educação de Jovens e Adultos. Docente.

## **ABSTRACT**

This study aims to understand how teachers work in the preparation of educational planning in the context of the Youth and Adult Education, posing the question of planning as relevant to the organization of this work, especially considering the target audience of this type. The research field is one public school of elementary school, located in the city of Serra (ES). To collect data, we used our records coming from the reports of a discipline of Faculty of Education, semi-structured interviews, observations, conversations with students and teachers. Readings of FREIRE, Libâneo, VEIGA, helped us on the theme of understanding process. We conclude that although many teachers not being aware of the fundamental importance of planning, others in turn not only have made the use of the plan, but has also had good results in teaching, reflecting the learning of their students.

**Keywords:** Planning. Youth and Adult Education. Teaching.

.

## **SIGLAS**

ACD's – Atividades Curriculares Diversificadas.

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Direitos e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento de Alfabetização Brasileiro

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

FABRA – Faculdade Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 EJA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA LONGA .....</b>	<b>15</b>
<b>3 A EJA E AS LEGISLAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>4 O CONTEXTO DA PESQUISA NA ESCOLA .....</b>	<b>31</b>
4.1 A SALA DE AULA .....	33
4.2 OS ALUNOS .....	34
<b>5 PLANEJAMENTO DOCENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EJA.....</b>	<b>36</b>
5.1 O PROFESSOR E O PLANEJAMENTO .....	38
<b>6 O PROFESSOR DA EJA.....</b>	<b>41</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>9 ANEXO.....</b>	<b>50</b>
9.1 QUESTIONÁRIO .....	50
9.2 DOCENTE A .....	59
9.3 DOCENTE B .....	62
9.4 DOCENTE C .....	65
9.5 DOCENTE D .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha desse tema veio através de uma experiência vivenciada na escola Municipal de Ensino Fundamental na cidade de Serra- ES, foi realizado uma pesquisa acadêmica avaliativa no turno noturno para a disciplina “Tópicos em Educação de Jovens e Adultos”, estudada no ano de 2013 quando estávamos cursando o 5º período de pedagogia da Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra. Na época o objetivo da pesquisa de campo era de acompanhar o trabalho do docente dentro da sala de aula, onde anotamos as observações consideradas relevantes como, por exemplo: como os professores ministram suas aulas, as atividades propostas, a didática, o envolvimento dos alunos, tudo isso para ser compartilhada com os colegas posteriormente, em uma apresentação de trabalho.

No dia em que estivemos nesta escola observamos toda a sua infraestrutura, e com passar do tempo fomos conhecendo os profissionais que ali atuavam. Observamos que existiam algumas salas vazias e que apenas duas turmas estavam em funcionamento naquele dia. O que mais nos chamou a atenção foi à diferença entre as salas, notamos que uma das salas funcionava a disciplina de Língua Portuguesa que estava cheia de alunos produzindo bem a atividade elaborada pelo profissional regente, e ao contrário disso, a sala ao lado funcionava a disciplina de Geografia que estava com pouquíssimos alunos, e os que estavam presentes não fazia as atividades proposta pelo professor. Essas práticas nos inquietaram, principalmente, considerando a necessidade de aprendizagem dos alunos.

Vivemos em uma sociedade em que nem todos tiveram a mesma oportunidade de frequentar a escola na idade certa. E isso vem afetando muitas pessoas, pois o estudo tem feito muita falta na hora de conseguir não somente um emprego, mas principalmente na construção de conhecimento e conceitos, e isso tem sido algo notório em nossa sociedade.

Pois bem, para mudar essa realidade, de alunos que não puderam de certa forma ser alfabetizados ou até mesmo concluir os seus estudos, há a oportunidade que a EJA oferece de forma sistematizada, possibilitando a aprendizagem.

A pesquisa foi tão edificante que nós decidimos aprofundarmos no assunto para compreender melhor a Educação de Jovens e Adultos, e pesquisar o porquê que existe essa desigualdade de produção entre as turmas dentro da mesma escola. Porque sabemos que cada professor tem um jeito de trabalhar e assim também sabemos que, cada aluno aprende de um jeito, mas o que importa na verdade é que o trabalho do docente tenha que existir intencionalidade no fazer pedagógico quando ele planeja suas aulas.

Diante desses fatores, algumas inquietações se sobrepuseram a buscarmos resposta para a seguinte questão de pesquisa: Como se constitui o espaço tempo escolar destinado ao planejamento dos docentes da Educação de Jovens e Adultos? Ele tem sido utilizado em função de melhorias do ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos?

Com o objetivo de compreender como os docentes atuam na elaboração do planejamento pedagógico no contexto da EJA, observar se as práticas pedagógicas dos docentes estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, verificar se os docentes que atuam na instituição têm formação no campo da EJA e conhecer como se realiza o planejamento da EJA em uma escola Municipal de Ensino Fundamental no município de Serra-ES, é que realizamos esta pesquisa.

Para tanto, o nosso primeiro movimento foi fazer um levantamento bibliográfico para tomarmos como base os conceitos de alguns autores que pesquisaram sobre o contexto histórico da EJA e também a prática docente, a fim de contribuir em nossa pesquisa. Fizemos também observações e houve conversas informais com os alunos. Tomando como ponto de partida tais fundamentos, utilizamos a estratégia de coleta de dados através de uma entrevista do tipo semiestruturada, com 5 docentes da EJA nesta escola

pesquisada, que fica situada no bairro Vista da Serra I no município de Serra Espírito Santo (ES).

Por meio desses dados foi possível fazer um levantamento de como o profissional docente entende o que significa o Planejamento, quais as dificuldades que eles têm encontrado durante esse processo e se para ele (a) o planejamento tem refletido no processo de ensino aprendizagem, ou seja, se está saindo do papel e sendo colocado em prática.

O trabalho foi organizado da seguinte maneira:

No capítulo 2 descreve a EJA no Brasil.

No capítulo 3 ressalta-se A EJA e as legislações.

No capítulo 4 relata O contexto da pesquisa na escola.

No capítulo 5 focaliza o Planejamento docente e a prática pedagógica na EJA.

No capítulo 6 compreende-se O professor da EJA

No capítulo 7 apresenta-se a conclusão da nossa pesquisa.

E por fim nas considerações finais aborda-se uma síntese das principais conclusões referentes ao trabalho realizado.

Concluimos que apesar de muitos docentes não terem consciência da fundamental importância do planejamento, outros por sua vez não só têm feito o uso do planejar, como também tem tido bons resultados no trabalho docente, refletindo na aprendizagem dos seus alunos.

## 2 EJA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA LONGA

A educação de jovens e adultos, atual ensino supletivo, constitui desenvolvimento pedagógico flexível, cujo objetivo é ponderar e qualificar as diferenças individuais dos educandos, bem como os conhecimentos por estes adquiridos no cotidiano, de forma geral, e no mercado de trabalho, de forma específica, atribuindo à sua metodologia as peculiaridades, diversas do ensino regular, necessárias à aprendizagem e alfabetização dos seus alunos, considerando a especificidade etária destes.

Conforme descreve Moll (2004, p. 11)

Nesse sentido, quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite nas quais os tempos de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias.

O desenvolvimento dos métodos utilizados pela EJA iniciou-se com o fim dos regimes da capitania, no período colonial brasileiro, no qual somente as classes altas, revestidas de privilégios jurídico-sociais, detinham o poder sobre a educação e a conseqüente possibilidade de serem educadas. Os filhos das famílias dotadas de prerrogativas possuíam acompanhamento escolar desde a infância, inviabilizando, dentre outras razões, a instituição da EJA, pois aos indivíduos das demais classes, sobretudo jovens e adultos, era vedada o desfrute da educação, recebendo-a de forma eminentemente indireta, conforme afirma Ghiraldelli Jr (2008, p. 24)

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de

Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821)

No que refere à primeira fase, a educação dos jesuítas pautou-se, preponderantemente, nos ensinamentos da fé e dos dogmas cristãos. Entretanto, a metodologia por eles utilizada não condizia com as perspectivas da aprendizagem: era uma imposição dogmática plena voltada para brancos e indígenas, com objetivo de ensinar aos colonos a ler e escrever. Situação também adotada com indígenas acentuando a importância da catequização.

Com chegada da Família Real ao Brasil em 1808, o Marquês de Pombal assumiu a estrutura educacional da colônia, assimilando-a coerentemente aos interesses do Estado e, por consequência, da família real. Nesse período denominado pombalino, os jesuítas foram expulsos da colônia, pois suas metodologias educacionais enalteciam a Igreja e não o Estado. Contudo, como também não era do interesse estatal enaltecer seus subalternos, atribuindo-lhes conhecimento e autocrítica, não houve investimento na educação, baseando nesse e em outros acontecimentos afirmar que esta modalidade de educação sempre foi marcada por interesses políticos e econômicos.

Após a proclamação da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, foi concedida a primeira Constituição do país, que, especificamente em seu artigo 179, assegurava que: "*a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos*". Porém, com a demanda de encargos laborais, condições precárias de sobrevivência e exclusão social, a gratuidade não contemplava as classes desfavorecidas, ainda que assegurada no texto legal. Ou seja, a gratuidade era para todos, mas a acessibilidade era restrita.

É exatamente por isso que Soares (2002, p. 8), citando Rui Barbosa, acerca da educação brasileira, já ressalta que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo

no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

No império, mesmo o Brasil passando por mudanças estruturais e políticos o sistema educacional em relação aos jovens e adultos pouco mudou. E, o país seguiu sua história com a maior parte de sua população analfabeta, com inexpressivos movimentos do governo em continuar a alfabetizar os adultos.

Em 1947, de acordo com Ribeiro (2001), foi aprovado o “Plano de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos” por “pressão” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Outro fato importante, foi a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, acontecida em 1949, na Dinamarca que, pressionou mais o governo, um movimento para escolarização de jovens e adultos no Brasil, considerando que esses movimentos envolviam a igreja, partidos políticos de Esquerda, estudantes e outros setores.

Não podemos esquecer que “este” alfabetizado corresponde ao longo da história, mudanças de objetivos do governo e da elite política do país, melhoria na mão de obra, soldados mais preparados, dentre outros aspectos, considerando, sobretudo, que, cada alfabetizado passa a ser um votante, um eleitor na perspectiva do trabalhador cumprido as exigências do estado.

O precursor da educação democrática libertária no Brasil foi Paulo Reglus Neve Freire (1921 - 1997); educador, pedagogo e filósofo. Patrono da educação brasileira (2013), reconhecido por suas notáveis metodologias educacionais, suas didáticas de aprendizagem e pelas teorias da pedagogia crítica, que desenvolvem e aprimoram métodos que vão além da mera alfabetização. Pedagogia do Oprimido (1987, p. 34)

Sobre o educador, Arruda (1996, p. 209)

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Em 1963, o presidente João Goulart, nomeia Paulo Freire como Coordenador da comissão de Cultura, entretanto, seu trabalho é interrompido pelo golpe militar.

Por tanto a opressão e o autoritarismo perduravam no regime militar, inviabilizando o investimento estatal no aprimoramento e/ou instituição de metodologias e métodos educacionais de aprendizagem por intermédio da iniciativa pública, iniciam-se movimentos educativos consagrados no momento da necessidade de alfabetização, nos moldes e correlações destinados à produtividade dos próprios interesses do Estado ditatorial, pois a metodologia libertária, democrática e crítica dissertada por Freire, se opunham a esses interesses.

Desse modo, com a promulgação e publicação da Lei nº. 5.379 de 1967 criaram-se o Movimento de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL), cujo objetivo era alfabetizar e letrar jovens e adultos acima da idade escolar convencional, proporcionando-os técnicas de leitura e escrita, à medida dos interesses políticos do regime militar, ou seja, um sujeito capaz de “decifrar” informações. No entanto, apesar de sua metodologia contraditória em relação ao que preconiza Paulo Freire, este movimento consegue ampliar a participação da população analfabeta nas escolas.

No século XX, com o processo de industrialização, observou-se a necessidade de mão-de-obra especializada para atuar nas indústrias dos centros urbanos, tendo a população rural migrado para aquelas regiões em busca de melhoria

de vida. Porém, os trabalhadores não detinham conhecimento acerca das técnicas de especializações requeridas para o manejo do maquinário industrial dos centros urbanos. Conseqüentemente, para suprir essa necessidade, lentamente se instituíram escolas pautadas na metodologia de MOBRAL, visando proporcionar aos jovens e adultos trabalhadores a capacidade técnica de operabilidade das máquinas, para que pudessem exercer o ofício.

A lei 5.692/71 fixou as Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º Grau, dedicando um capítulo exclusivo ao ensino supletivo, para instituir, estruturas e efetivar a educação para jovens e adultos um fato histórico, pois não somente alfabetizar o jovem e o adulto, mas buscar condições para que ele prossiga em seus estudos.

Em 1985, a partir do processo de redemocratização o MOBRAL foi extinto e criando a Fundação Educar, com bases freirianas, entretanto, existiu por apenas 4 anos , até 1990.

Com a promulgação da vigente Constituição de 1988, denominada como Constituição Cidadã, o Estado amplia seu dever com relação à educação, de modo geral, incluindo a de jovens e adultos, o art. 228 da Constituição Federal: *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”*.

O governo de Fernando Henrique Cardoso repassou a EJA para os estados e municípios, continuando de forma semelhante no governo Lula. Ao longo do tempo há algumas experiências “consideráveis” em relação à aprendizagem dos alunos.

Neste breve percurso histórico percebemos que essa modalidade, tem sido modificada, não apenas nas pretensões do Estado, mas também por meio dos movimentos sociais garantia dos direitos dos cidadãos que buscam, e também

pelos próprios cidadãos que desejam ser alfabetizados ou concluir seus estudos por mais diversos motivos.

### 3 A EJA E AS LEGISLAÇÕES

Sabemos o quanto tem sido notório, ver alunos se afastando da escola antes mesmo de concluir o ano letivo, por diversos motivos. Diante desta realidade percebe-se a necessidade da oferta e oportunidade de seu retorno de modo a garantir a escolarização e o acesso ao direito à educação de todos brasileiros como preconiza a Constituição Federal de 1988 e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos destina-se aos que não tiveram, na idade própria, acesso ao ensino fundamental e médio ou continuidade de estudos nesses níveis de ensino. E mediante esta proposta, que eles podem ter a garantia de acesso, permanência e qualidade no sistema educacional, sendo esta uma questão de justiça social, que se deve lutar para que essa ação ocorra de fato e não fique apenas nos documentos legais e discursos oficiais.

A Constituição Federal de 1988, artigo 208, estabelece que "a educação é direito de todos e dever do estado e da família [...]" e ainda, "[...] o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ela não tiveram acesso na idade escolar".

A legislação atual em vigor que rege a EJA encontra-se amparada na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional Lei nº 9394 de dezembro de 1996, constam no título V (dos níveis e da modalidade de educação e ensino), capítulo II (de educação básica), seção V, dois artigos relacionados, especificamente, a educação de jovens e adultos:

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinado àqueles que não tiveram acesso em continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria.

Inciso 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas

as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

Inciso 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso à permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Inciso 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: No nível de inclusão do ensino fundamental, para os níveis de quinze anos.

II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Inciso 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL. MEC, 2008).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, regulamentada pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de 2000 estabelece

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional.

§ 1º Estas Diretrizes servem como referência opcional para as iniciativas autônomas que se desenvolvem sob a forma de processos formativos extraescolares na sociedade civil.

§ 2º Estas Diretrizes se estendem à oferta dos exames supletivos para efeito de certificados de conclusão das etapas do ensino fundamental e do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental estabelecidas e vigentes na Resolução CNE/CEB 2/98 se estendem para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental.

Art. 4º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecidas e vigentes na Resolução CNE/CEB 3/98, se estendem para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ensino médio.

Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Art. 6º Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Art. 7º Obedecidos o disposto no Art. 4º, I e VII da LDB e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

Parágrafo único. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos.

Art. 8º Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.

§ 1º O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

§ 2º Semelhantemente ao disposto no parágrafo único do Art. 7º, os cursos de Educação de Jovens e Adultos de nível médio

deverão ser voltados especificamente para alunos de faixa etária superior à própria para a conclusão deste nível de ensino, ou seja, 17 anos completos.

Art. 9º Cabe aos sistemas de ensino regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com suas competências.

Parágrafo único. As instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Art. 10. No caso de cursos semipresenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração.

Art. 11. No caso de circulação entre as diferentes modalidades de ensino, a matrícula em qualquer ano das etapas do curso ou do ensino está subordinada às normas do respectivo sistema e de cada modalidade.

Art. 12. Os estudos de Educação de Jovens e Adultos realizados em instituições estrangeiras poderão ser aproveitados junto às instituições nacionais, mediante a avaliação dos estudos e reclassificação dos alunos jovens e adultos, de acordo com as normas vigentes, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais e as competências próprias da autonomia dos sistemas.

Art. 13. Os certificados de conclusão dos cursos a distância de alunos jovens e adultos emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais.

Art. 14. A competência para a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do território nacional é privativa da União, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os sistemas de ensino, nas respectivas áreas de competência, são corresponsáveis pelos cursos e pelas formas de exames supletivos por eles regulados e autorizados.

Parágrafo único. Cabe aos poderes públicos, de acordo com o princípio de publicidade:

a) divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores.

b) acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.

Art. 16. As unidades ofertantes desta modalidade de educação, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão aos órgãos responsáveis dos sistemas o regimento escolar para efeito de análise e avaliação.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;

II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;

III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;

IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

Art. 18. Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino fundamental deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

Parágrafo único. Na organização curricular, competência dos sistemas, a língua estrangeira é de oferta obrigatória nos anos finais do ensino fundamental.

Art. 19. Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino médio deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28, 35 e 36 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

Art. 20. Os exames supletivos, para efeito de certificado formal de conclusão do ensino fundamental, quando autorizados e reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, deverão seguir o Art. 26 da LDB e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

§ 1º A explicitação desses componentes curriculares nos exames será definida pelos respectivos sistemas, respeitadas as especificidades da educação de jovens e adultos.

§ 2º A Língua Estrangeira, nesta etapa do ensino, é de oferta obrigatória e de prestação facultativa por parte do aluno.

§ 3º Os sistemas deverão prever exames supletivos que considerem as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 21. Os exames supletivos, para efeito de certificado formal de conclusão do ensino médio, quando autorizados e reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, deverão observar os Art. 26 e 36 da LDB e as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio.

§ 1º Os conteúdos e as competências assinalados nas áreas definidas nas diretrizes curriculares nacionais do ensino médio serão explicitados pelos respectivos sistemas, observadas as especificidades da educação de jovens e adultos.

§ 2º A língua estrangeira é componente obrigatório na oferta e prestação de exames supletivos.

§ 3º Os sistemas deverão prever exames supletivos que considerem as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 22. Os estabelecimentos poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares, de acordo com as normas dos respectivos sistemas e no âmbito de suas competências, inclusive para a educação profissional de nível técnico, obedecidas as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 23. Os estabelecimentos, sob sua responsabilidade e dos sistemas que os autorizaram, expedirão históricos escolares e declarações de conclusão, e registrarão os respectivos certificados, ressalvados os casos dos certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelos órgãos oficiais competentes dos sistemas.

Parágrafo único. Na sua divulgação publicitária e nos documentos emitidos, os cursos e os estabelecimentos capacitados para prestação de exames deverão registrar o número, o local e a data do ato autorizador.

Art. 24. As escolas indígenas dispõem de norma específica contida na Resolução CNE/CEB 3/99, anexa ao Parecer CNE/CEB 14/99.

Parágrafo único. Aos egressos das escolas indígenas e postulantes de ingresso em cursos de educação de jovens e adultos, será admitido o aproveitamento destes estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Por meio dessas Diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação é possível garantir que os Jovens e Adultos sejam auxiliados no processo de ensino-aprendizagem, garantindo assim a disposição de uma educação de

qualidade a esses alunos e reafirmando a importância, o significado e a contemporaneidade da educação escolar.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13005/14, tem como um dos objetivos e prioridades em relação à EJA: Garantia de Ensino Fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos.

A Lei 13005/14- Plano Nacional de Educação (PNE), artigo 14, no tocante a Educação de Jovens e Adultos, define nas metas 9 e 10 as seguintes estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) programar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.9) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

#### Estratégias:

10.1) manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com

as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

No município de Serra também encontramos uma legislação específica que respaldam as resoluções acerca do planejamento na rede municipal,

apresentando especificidades sobre o direito reservado a estudos e planejamento a serem contemplados como carga horária de trabalho.

Considerando que o local de nossa pesquisa é no município de Serra, buscamos na Lei Municipal nº 2.172/99, para verificar que o referido documento destaca sobre a questão do planejamento para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. Segundo o documento, o professor que atuará na Modalidade EJA terá, como todo professor da Rede Municipal de Ensino da Serra, sua jornada de trabalho estabelecida conforme o que preceitua a Lei Municipal Nº 2.172/99 (Estatuto do Magistério Público do Município da Serra). O que diferencia o trabalho do professor da modalidade EJA é a articulação que deverá ocorrer entre as atividades desenvolvidas nas 600 (seiscentas) horas com aquelas que estarão sendo desenvolvidas nas 200 (duzentas) horas destinadas às Atividades Curriculares Diversificadas (ACD's). O professor deverá cumprir, dentro da escola, sua carga horária de trabalho, inclusive aquela destinada ao planejamento, que conforme a Lei Municipal nº 2.172/99 o professor destinará 1/5 da jornada de trabalho semanal para o desenvolvimento de atividades de planejamento, que deverão ser cumpridas na unidade de ensino, ou quando necessário, em outro local designado pela Secretaria Municipal de Educação.

## 4 O CONTEXTO DA PESQUISA NA ESCOLA

O espaço de pesquisa foi em uma escola Municipal de Ensino Fundamental localizada na cidade de Serra - Espírito Santo. Para realizarmos a pesquisa, adentramos o campo por meio de conversa com a diretora, pois como já conhecíamos bastante o pessoal da escola, isso, por que fizemos o estágio remunerado durante um ano e meio nessa mesma escola, por esse motivo não encontramos dificuldade para realizarmos nossa pesquisa.

O espaço físico da escola é muito bem estruturado e oferece aos alunos salas completamente boas para uma prática pedagógica de qualidade no intuito de motivar e estimular os alunos para permanecer na escola e buscar aprendizagem, sendo constituída por:

- Dozes salas de aulas;
- Uma sala de direção;
- Uma sala de coordenação;
- Uma sala de secretaria;
- Uma sala de pedagogo;
- Uma sala de professores;
- Uma cozinha;
- Um depósito de comida;
- Uma sala de Artes;
- Um laboratório de Ciências;
- Uma sala de informática;
- Uma sala de vídeo;
- Uma biblioteca;
- Uma sala de recursos para atendimento de alunos especiais;
- Uma quadra poliesportiva coberta;
- Um refeitório;
- Uma sala de Educação Física;
- Quatro banheiros para alunos; Dois banheiros para funcionários;

- Dois vestiários;
- Uma cantina.

A equipe de profissionais da escola é formada por profissionais habilitados em suas respectivas áreas de atuação. Todo com formação superior – e, dentre estes, alguns com pós-graduação. Na sua maioria, são profissionais com larga experiência na área educacional, com alguns anos de atuação nas suas áreas de formação. Alguns trabalham há muito tempo na EJA por serem efetivos e outros está há pouco tempo por serem contratados. E todos trabalham neste turno para fecharem a carga horária, pois é comum que alguns professores não consigam completar a carga horária, e aí, aparecem às aulas de EJA para fechar melhor o horário dos professores. De todos esses profissionais pouquíssimos têm formação na EJA.

Conversamos com a secretária escolar e ela nos informou que neste ano de 2015 o EMEF atende oito turmas no turno noturno, sendo:

- Fase inicial 1 - ano 1
- Fase inicial 1 - ano 2
- Fase inicial 2
- Intermediária A e B
- Conclusiva A e B

A escola atualmente disponibiliza de um PPP (Projeto Político Pedagógico) de 2008, porém o mesmo é importante para entendermos qual a missão da escola, e também, quais são as características dos alunos inseridos nesta escola.

De acordo com Veiga (1995, p.13)

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico

com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (2008) desta Escola Municipal, encontramos parágrafos em que o Planejamento tem sua relevância, pois conforme descrevem:

[...] ao iniciar o ano letivo, realiza o planejamento integrado com todos os profissionais de todas as disciplinas para diagnosticar os níveis de aprendizagem dos alunos, objetivos e traças metas para fazer um planejamento com intuito de sanar as dificuldades dos alunos. Existe muita integração entre todos os profissionais de forma cooperativa, onde os mesmos trocam ideias entre si e participam de forma integrada de todos os projetos promovidos pela escola. Um elemento-chave de ensino eficaz reside no planejamento das atividades de ensino/aprendizagem realizadas na escola, particularmente em sala de aula. (PPP, 2008, p 12)

Nesta perspectiva conforme relatado no PPP dessa Escola Municipal, o planejamento tem tido ênfase no processo e desenvolvimento do trabalho dos professores, consolidando assim o valor que tem o planejamento docente.

#### 4.1 A SALA DE AULA

As salas de aula escolhidas para a pesquisa foram a da turma Conclusiva B e Intermediária A.

A sala é organizada de forma tradicional, porque a escola durante o dia funciona com ensino regular. Também foi observado que raramente os alunos saem da sala de aula para utilizarem outros espaços, apesar de que a própria escola oferece outros recursos que são: a sala de vídeo, o laboratório de ciências e também a sala de informática.

Frequentaram as aulas, em média, 27 alunos com idades entre 14 e 48 anos. Em sua maioria eram algumas donas de casa, trabalhadores e alguns alunos bem mais jovens que estavam ali por terem sido reprovados em anos

anteriores, e conforme descreveram, estes foram transferidos para o turno da noite junto dos adultos.

## 4.2 OS ALUNOS

Ao dialogar com alguns dos alunos, conhecemos um pouco da história de vida deles, e através dessa interlocução passamos a compreender que havia um grupo de alunos com o mesmo objetivo, mas que cada um havia um passado diferente.

Percebemos por meios das conversas que os alunos estudam na EJA por diversos fatores, e para detalharmos melhor isso iremos separá-los em dois grupos, sendo que um dos grupos era o de alunos mais velhos que não tiveram tempo de estudar na idade certa quando crianças, e retornam a escola para concluir seus estudos. Vejamos

Tenho 38 anos, parei de estudar muito cedo porque tinha que trabalhar, minha família era muito pobre e morava na roça e estou fora da escola há mais de 25 anos. E agora eu retornei por força de vontade, pois quero aprender. (ALUNO A)

Tenho 34 anos, e eu estou fora da escola desde os 13 anos de idade. Porque eu casei e meu esposo não queria que eu estudasse mais, aonde foi o motivo que eu precisei parar de estudar. O que me levou a voltar a estudar é porque eu me separei desse primeiro marido e eu casei com outra pessoa, e agora ele me deu força para voltar a estudar. (ALUNO B)

Tenho 48 anos e estou fora da escola desde os 16 anos de idade. Parei de estudar porque fugi de casa e fui morar com outra família. E o que me levou a voltar a estudar, por causa de uma entrevista de emprego, pois eu estava capacitada para o serviço, mas não tinha comprovante de escolaridade, então isso que me motivou. (ALUNO C)

Tenho 38 anos, e desisti dos estudos com 19 anos de idade porque eu casei. E hoje como eu estou em busca de um melhor emprego, eu voltei a estudar. (ALUNO D)

Tenho 21 anos, eu fiquei fora da escola durante 3 anos por causa do trabalho. Voltei a estudar esse ano por causa dos parentes que deram conselho. Então eu trabalho durante o dia e estudo aqui à noite. (ALUNO H)

Também encontramos um grupo de alunos que ainda não trabalham e que foram reprovados no ensino regular, por terem idade avançada, eles não podem continuar mais no ensino regular:

Tenho 16 anos e eu estou estudando nesse turno porque eu reprovei 2 vezes e a noite e também porque a noite faz duas séries no mesmo ano. (ALUNO E)

Tenho 18 anos, eu reprovei muitas vezes na 8ª série e depois fiquei sem estudar durante 2 anos. Agora eu estou estudando e acho que vou passar. (ALUNO F)

Tenho 17 anos e reprovei duas vezes na 7ª série e acima de 16 anos não pode estudar á tarde, então eu vim estudar a noite. (ALUNO G)

Considerando os princípios defendidos até aqui, cabe ressaltar que esse diálogo é fundamental para que possamos nos aproximar da realidade desses alunos, nos permitindo refletir como a prática docente se torna indispensável para resgatar esse tempo que foi perdido na época de estudo desses alunos.

## 5 PLANEJAMENTO DOCENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EJA

Tudo em nossas vidas deve ser planejado, em se tratando de ensino e aprendizagem, sua importância é totalmente considerável. Não há sentido em um trabalho pedagógico sem planejamento. O planejar está ligado ao acesso e qualidade do ensino, da aprendizagem, das metodologias, das avaliações, em fim, em todo o processo pedagógico que estão envolvidos professores e alunos. É uma das dimensões essenciais que proporcionam ao professor escolher, decidir, definir, a partir do currículo estabelecido e das necessidades dos seus alunos o que será ensinado.

É necessária para o processo de ensino e aprendizagem que o profissional da educação tenha estabelecido como preconiza a legislação uma carga horária, destinada aos planejamentos, porque planejar é

[...] uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do ensino (LIBÂNEO, 1994, p. 221)

Portanto, planejar suas práticas pedagógicas é preciso e necessário, tornando-se um forte aliado para melhorar o desempenho do trabalho dos professores. É a partir do planejamento que o professor define seu conteúdo, suas metodologias e formas de avaliação, bem como se orienta na relação com o ensino e aprendizagem do aluno. É como um caminho a ser percorrido, cheio de percalços, no entanto, deve existir. O trabalho pedagógico não surge do nada.

Nesse sentido, é necessário que ele pesquise, analise quais conteúdos foram estudados e quais necessidades apresentadas pelos alunos, principalmente da EJA que, têm outras especificidades em relação aos alunos de ensino regular. Também consideramos importante que ele se reúna com seus colegas para que possam trocar ideias a respeito das necessidades, expectativas e

dificuldades das turmas com as quais trabalham. Essa troca de informação permite aos docentes conhecerem vários métodos utilizados em sala que até mesmo o docente vizinho tem feito uso de algumas metodologias e que deram bons resultados e que podendo funcionar também com ele em sala de aula. Só assim poderão melhorar a qualidade do trabalho escolar, colaborando uns com os outros, com o objetivo de garantir a aprendizagem para todos.

Quando o professor faz uso do tempo destinado por lei para planejar, ele demonstra estar preocupado com o que o aluno irá absorver durante o processo de ensino e aprendizagem, buscando uma aprendizagem com qualidade para seus alunos. E nesse momento o professor passa a se preocupar no que o seu aluno necessita de aprender e a forma que ele melhor irá absorver o conteúdo, ou seja, a metodologia a ser usada em sala de aula.

Na verdade conforme descreve Alves (2011, p.5), o planejamento de ensino no cotidiano da escola tem sido objeto de constantes indagações quanto a sua validade como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor. O planejamento estará sendo discutido como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social para que possamos compreender como os docentes atuam na elaboração do planejamento pedagógico.

Sobre esses aspectos Freire (1996, p.38) nos permite refletir que

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê.

A partir do que está proposto por Freire (1996), concluímos que na realização do planejamento é preciso ter em mente que sua função é a de tornar clara e

precisa a ação de organizar o que fazemos, de sintonizar ideias, realidades e recursos para tornar mais eficiente nossa ação.

O ideal é que este planejamento seja feito coletivamente possibilitando um diagnóstico e análise, porque a escola pode estabelecer metas comuns e pensar nessa continuidade do que acontece de uma série para outra, de um ano para outro. Além disso, cada professor tem que pensar como é que as coisas vão ser desdobrar ao longo do próprio ano, depois o professor vai ter que considerar o que sabem os seus alunos para poder fazer um planejamento.

## 5.1 O PROFESSOR E O PLANEJAMENTO

Quando o professor planeja uma atividade, muitos fatores entram em jogo. Uma primeira questão a ser colocado seria os objetivos em jogo com a situação proposta. O que o professor espera em termos de aprendizagem dos seus alunos que vai determinar a elaboração, a realização da atividade. Ele tem que pensar que tipo de aluno que ele quer formar, se é crítico, reflexivo, aquele que busque transformações do contexto da sociedade que está incluído, podendo transformar definitivamente a sociedade. Tem a questão do tempo, de espaço, de materiais que serão utilizados, a organização dos alunos. Tudo isso são fatores que o professor toma para compor uma única aula.

Ao considerar o que sabem os seus alunos, a primeira coisa, ou seja, como é o conhecimento que eles já têm pode ajudar no seu planejamento. Um bom planejamento está atrelado a uma boa capacidade de antecipação do que os alunos podem fazer frente a determinado conhecimento. No caso, o recurso que eles podem utilizar, que conhecimento que eles podem colocar em ação e pensar mesmo.

Nesse aspecto Libâneo (1994, p. 229) nos aponta que é preciso que o professor esteja disponível para aprender com a realidade, extrair dos alunos informações sobre a sua vida cotidiana, levá-los a confrontar os seus próprios conhecimentos com a informação embutida nos conteúdos escolares. O professor tem que se colocar no lugar do aluno e pensar quais as diferentes formas que um aluno vai ter para resolver essa situação que eu estou propondo. Quanto mais o professor conseguir fazer essa antecipação, melhor ele vai poder controlar as variáveis e pensar e refletir sobre as atitudes, sobre as interferências que ele vai utilizar os materiais que ele vai usar e tal.

Outra coisa importante, quando o professor vai planejar, é considerar os diferentes momentos desse planejamento. Então antes de começar uma atividade, ele precisa considerar o que os alunos sabem, como que ele vai fazer para acessar esses conhecimentos dos alunos para eles colocarem o conhecimento em ação. É preciso interpretar as relações que eles fazem sobre as informações que eles já têm, e os outros que eles venham a ter por intermédio do trabalho docente na sala de aula.

Desta forma Libâneo (1994, p. 223) explica que o planejamento do trabalho docente é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação do professor, tendo as seguintes funções:

- Explicar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho;
- Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político, pedagógico e profissional das ações do professor;
- Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho; prever objetivos, conteúdos e métodos;
- Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente; atualizar constantemente o conteúdo do plano;

- Facilitar a preparação das aulas.

Finalmente cabe mencionar que para que os planos sejam efetivamente instrumentos de ação, essas funções devem ser usadas como guia de orientação apresentando a ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade.

Tomando como ponto de partida tais fundamentos, pudemos a partir daí definir o nosso método investigativo, uma vez que já estamos interagidos com a forma de se pesquisar com coerência e objetivo. Nossa proposta é trabalhar com o estudo de caso preliminar, já que a condição de tempo nos limita a ampliação dos dados a serem observados. Dessa forma consideramos que este estudo de caso especificamente delimitado pelo tempo de pesquisa pretende conhecer como os docentes elaboram o planejamento pedagógico da EJA e quais as dificuldades encontradas.

Para entender como tem se realizado o planejamento dos docentes da EJA, utilizamos a estratégia de coleta de dados através de uma entrevista do tipo semiestruturada, com os docentes da EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) da rede pública, situada no bairro Vista da Serra I no município de Serra Espírito Santo (ES).

## 6 O PROFESSOR DA EJA

Para que possamos compreender melhor como se dá/acontece “O planejamento docente no contexto da Educação de Jovens e Adultos” na escola “x”, fizemos uma entrevista semiestruturada com perguntas relacionadas ao planejamento escolar, e entregamos aos docentes da EJA. A escola tem 12 docentes, desses, conseguimos entregar 5 questionários. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que alguns dos docentes que receberam a entrevista semiestruturada não responderam ou não sabiam onde o documento se encontrava, somente 4 docentes responderam a entrevista. No momento em que entregamos a entrevista íamos observando o comportamento e a atitude dos participantes, a maior parte dos docentes recebiam a entrevista de forma atenciosa e afetiva, no entanto, havia docentes que não prestavam atenção quando estávamos explicando o intuito da nossa pesquisa.

A entrevista era de suma importância para a elaboração do nosso trabalho, porém, as observações que fizemos também foram de grande importância para entender melhor o trabalho desses docentes. As perguntas que fizemos na entrevista semiestruturada eram simples e direta, mas observamos que, alguns docentes utilizando a internet para responder as perguntas.

A primeira pergunta da entrevista era para saber qual era a formação inicial dos docentes, e se eles possuíam uma formação específica em EJA. Dentre os participantes, apenas um respondeu que possuía. Ele descreve:

*“Sou formado em História e minha formação para EJA é um curso de extensão de 300’hs pela faculdade (FABRA)”.*(Docente C).

Quando perguntamos sobre formação continuada, e se a EJA havia sido contemplada. Alguns docentes já disseram “não” de imediato, outros responderam desfocando da pergunta, e acabou descrevendo a importância da formação continuada, mudando completamente o sentido da pergunta. Como relata a docente A:

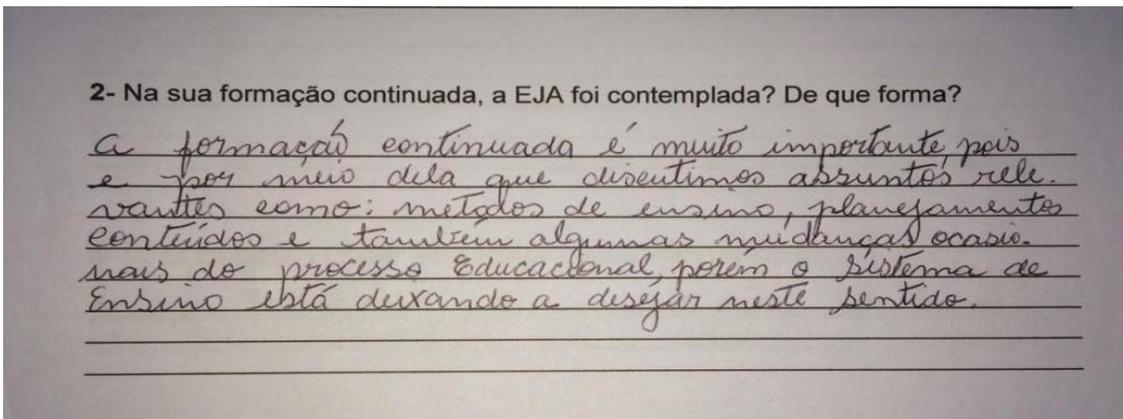


Figura 1

Tendo em vista que nosso assunto principal é o planejamento não poderíamos deixar de perguntar aos docentes, o que é o planejamento para eles. As respostas foram bem parecidas, todos os docentes acreditam que o planejamento é essencial, pois, através dele, o docente pode planejar e refletir sobre sua disciplina e se questionar sobre as formas de ensino. Uma das respostas que se destacou foi a do docente D.

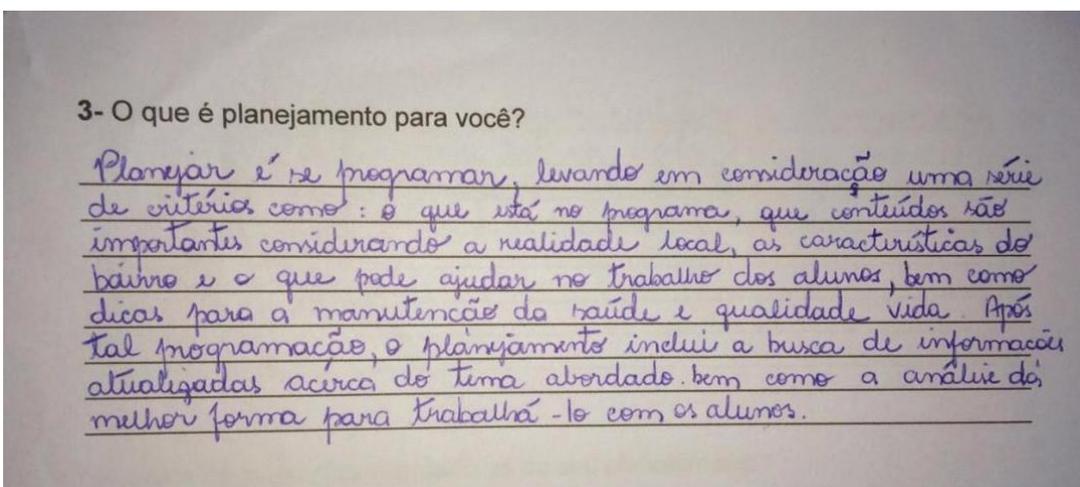


Figura 2

Nos relatos e nas observações, percebemos a relevância do planejamento para o processo de ensino/aprendizagem na EJA, e isto, está ligado na forma em

que o docente planeja e executa sua aula. É nesse momento em que o docente revisa seus conteúdos, e se apropria desses conhecimentos para poder passá-lo adiante. Entretanto, devemos ressaltar que o docente é o mediador, ele não só passa as informações, mas como as recebe.

Como cita Freire (2002, p. 52)

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto, em face da tarefa que tenho [...]

O foco da entrevista agora foi direcionado ao tempo de planejamento, buscamos saber se os docentes tem horário reservado para planejar suas aulas na escola “x”, e se o tempo destinado ao planejamento é suficiente para a elaboração das aulas.

Perceber-se que os docentes têm os horários de planejamentos diversificados, os docentes que atuam nas turmas iniciais, o planejamento ocorre nos horários de Educação Física e de Arte. Já os demais professores tem um dia específico para o planejamento. Porém, dos horários dos planejamentos estavam indefinido, pois a escola no momento se encontra com desfalque de professores, e os horários de aulas ficam oscilando.

Em relação ao tempo destinado para planejamento, mais da metade dos docentes disseram que o tempo é insuficiente, grande parte dos docentes acabam levando os materiais para terminarem o seu planejamento em casa. Porém, há docentes que relatam que o tempo é suficiente para a elaboração de suas aulas. Conforme a docente A relatou em sua entrevista.

5- Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?

*Sim, o tempo é suficiente para discutirmos todas as assuntos e prepararmos atividades, provas etc.*

Figura 3

Encerrando o ciclo de entrevista percebemos que em um mesmo ambiente de trabalho encontramos respostas bastante diversificadas em relação à formação e o tempo de planejamento, porém, todos os docentes tiveram a mesmo conceito em relação ao planejamento, mas, alguns docentes não os colocavam em práticas, podemos perceber isso nas aulas em que fizemos as observações.

Os docentes que não faziam o uso do planejamento deixavam isso bem explícito quando entrava em sala de aula, dava para perceber a dificuldade que eles tinham em executar a suas aulas pela forma em que eles e os alunos se comportavam. Quando não se faz uso do planejamento os alunos acabam saindo o tempo inteiro da sala de aula, conversam sobre outros assuntos, acabam perdendo completamente o direcionamento da aula.

Mas existia também docentes que planejava as aulas de uma forma tão prazerosa e didática que os alunos compareciam em peso, participando das atividades, dialogando a respeito da matéria pela qual estava sendo abordada, prestando atenção na hora das explicações, dava para sentir uma harmonia entre os docentes e os alunos. Não podemos deixar de citar um fato muito interessante entre os alunos da turma Conclusiva A e o docente C, por gostarem tanto da forma que ele maneja a sala de aula e os conteúdos, os alunos acabavam gravando suas aulas e colocando nas redes sociais. Tudo isso é feito com o consentimento do docente C, que fica até lisonjeado com a atitude dos alunos.

Após a realização das entrevistas semiestruturadas e as observações feitas em sala de aula, nós percebemos, que os docentes que tinham feito seus planejamentos, conseguiram dominar e passar o conteúdo, alcançando assim, seu objetivo para aquela aula.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho era compreender o planejamento docente no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Para isso, escolhemos uma escola para fazer o acompanhamento junto com aos docentes, onde fizemos observações e realizamos uma entrevista semiestruturada, que foi de grande relevância para entendermos o funcionamento e a importância do planejamento. Também conversamos com os alunos para conhecer a clientela que ali frequenta, e saber o motivo que os levaram a retornar a sala da aula.

Após entrevistas, conversas e observações, começamos a analisar como o planejamento docente na EJA funcionava naquela determinada escola. Levando em conta que em um mesmo ambiente de trabalho encontramos docentes que possuíam um planejamento e outros que não faziam o uso deste. Entendemos que o planejamento é um elemento essencial a prática pedagógica, requer interesse e comprometimento do docente. A didática vem refletindo esse planejamento, onde a definição consiste na metodologia pedagógica de preceitos que orientam a atividade educativa, com o objetivo de torná-la mais eficiente, com a ação coletiva da instituição de ensino, do docente e do educando, pois sua eficiência depende da disponibilidade de meios / recursos relacionados à escola e à prática do planejamento do docente.

O docente deve estabelecer planos de aula, organizar disciplinas, organizar conteúdo, estruturar tópicos, traçar suas respectivas continuidades, listar exemplos cotidianos, utilizar meios informativos assemelhados ao tema proposto (livros, revistas, jornais); contextualizar o tema variando o método de abordagem e favorecendo o acervo tecnológico disponível (entrevistas, reportagens, documentários, filmes), são variáveis metodologias que busca o mesmo fim: planejamento.

Desse modo, observa-se que o planejamento do docente influi direta e contundentemente no desenvolvimento da aula a ser ministrada e, muito, além

disso, aprimora as capacitações pessoais e profissionais do aluno que volta à escola e nela, acredita. O planejamento também é uma questão de respeito para aquele que busca o conhecimento.

Os docentes da EJA da escola pesquisada têm horários destinados para o planejamento, porém não tem um espaço reservado para elaborar seu plano de aula, alguns momentos os docentes tinham o acompanhamento pedagógico. No entanto, observamos que algumas vezes “uns” professores passavam o tempo do horário de planejamento conversando sobre outros assuntos que não se referiam ao trabalho pedagógico, quando não passavam esse tempo acessando as redes sociais, permanecendo por todo o tempo.

Suas aulas refletiam o planejamento (a presença ou ausência dele). Em algumas vezes o professor “orientava” aos alunos somente por meio de livros, escrevendo a página na lousa e esperava que os alunos realizassem as atividades, chegando a perguntar na aula seguinte: “em que página paramos?”.

A ausência desse planejamento também reflete nas atitudes dos alunos em sala de aula, eles ficavam dispersos, conversavam, brincavam e muitos deles acabavam saindo de sala, era visível o desinteresse pelas aulas desses docentes.

Nós consideramos que o planejamento acontecia em determinadas aulas. Uma delas era na aula de um docente que de tão boa e organizada os alunos gravavam e colocavam nas redes sociais.

Concluimos que, os docentes que faziam o uso do horário do planejamento para as melhorias do ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos conseguiam obter resultados positivos. As aulas eram mais dinâmicas, havia um tempo para cada atividade, o docente conseguia dar a atenção para os alunos, sempre estava ocorrendo à troca de conhecimento entre eles. O comportamento dos alunos era completamente oposto aos dos docentes que não conseguiam planejar a suas aulas. Isso tudo se torna mais visível quando

entramos em sala de aula, pois o comparecimento dos alunos nas aulas dos docentes que faz o uso do planejamento é enorme.

Nós consideramos que o ato do planejamento é de fundamental importância na organização do trabalho, é através dele, que os docentes planejam as aulas de acordo com a realidade estabelecida, de uma forma didática e organizada, com objetivos a serem alcançados.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria Lúcia de. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Parecer CEB nº 11, de 10 de maio de 2000**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Constituição 1988.

BRASIL. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GILBERTA, Martino Jannuzzi. **Confronto Pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. 3ª ed. Estados Unidos - Texas: Cortez e Moraes, 1979.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: O planejamento escolar. São Paulo: Cortez, 1994. p.221-240

Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>> Acesso em: 10. mai. 2015.

MUNICÍPIO DE SERRA. **Estatuto do Magistério**. Serra, 1999.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos** / Jaqueline Moll, (org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna ...[et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas)

SOARES, Magda Becker. **Letrar é mais que alfabetizar**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/>> Acesso em: 19. mai. 2015.

NOGUEIRA, Anete Alves da Silva. **As possibilidades e limites da organização do planejamento pedagógico para EJA**: Uma reflexão a partir das normas de organização das escolas municipais da SME na escola municipal prof<sup>a</sup> Francisca Ferreira da Silva/Natal/Rn. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0062.pdf>> Acesso em: 03. set. 2014.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm) > Acesso em: 19. jun. 2015.

VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 13<sup>a</sup> ed Campinas: Papirus, 1995.

## 9 ANEXO

### 9.1 QUESTIONÁRIO

#### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Ao cumprimentá-lo/a apresentamos a entrevista semiestruturada como coleta de dados constituinte do empírico da pesquisa “O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS” realizada pelas acadêmicas MERYELLEN BRANDES FARIA E SEMADARHA DOS SANTOS, estudante de Pedagogia da Faculdade Doctum.

#### Dados de identificação

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Idade (opcional): \_\_\_\_\_ Tempo de Magistério: \_\_\_\_\_

Tempo de magistério na EJA: \_\_\_\_\_

Qual sua carga horaria de trabalho semanal: \_\_\_\_\_

1- Qual sua formação inicial? Você tem formação específica para EJA?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2- Na sua formação continuada, a EJA foi contemplada? De que forma?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**3-** O que é planejamento para você?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**4-** Qual a relevância do planejamento para o processo ensino/aprendizagem na EJA?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**5-** Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?



---

---

---

**8-** Em que medida o seu planejamento é efetivado nas práticas educativas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## 9.2 DOCENTE – A

INSTITUTO ENSINA BRASIL  
FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Ao cumprimentá-lo/a apresentamos a entrevista semiestruturada como coleta de dados constituinte do empírico da pesquisa "O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS" realizada pelas acadêmicas MERYELLEN BRANDES FARIA E SEMADARHA DOS SANTOS, estudante de Pedagogia da Faculdade Doctum.

**Dados de identificação**

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Idade (opcional): 52 Anos Tempo de Magistério: 30 Anos

Tempo de magistério na EJA: 7 Anos

Qual sua carga horaria de trabalho semanal: 25H

1- Qual sua formação inicial? Você tem formação específica para EJA?

Não tenho formação específica para EJA, sou formada em Pedagogia com pós-graduação em Psicopedagogia

2- Na sua formação continuada, a EJA foi contemplada? De que forma?

A formação continuada é muito importante pois é por meio dela que discutimos assuntos relevantes como: métodos de ensino, planejamentos, conteúdos e também algumas mudanças ocorridas no processo educacional, porém o sistema de ensino está deixando a desejar neste sentido.

3- O que é planejamento para você?

Planejamento para mim é fazer uma prévia dos conteúdos a serem ministrados anualmente, semanalmente ou diariamente, ou conforme as normas e critérios aceitos pelo grupo.

4- Qual a relevância do planejamento para o processo ensino/aprendizagem na EJA?

Não só para a EJA, todo o processo ensino/aprendizagem é como tudo na vida se planeja com antecedência nossas tarefas com certeza nos objetivos serem alcançados com muito melhor desempenho, clareza e os resultados com certeza serão alcançados.

5- Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?

Sim, o tempo é suficiente para discutirmos todos os assuntos e prepararmos atividades, provas etc.

6- Você consegue utilizar esse tempo para o Planejamento?

Sim, o tempo de planejamento ocorre nos horários de Educação Física, Arte e outros.

7- Quais os princípios orientadores do seu planejamento?

Os princípios orientadores do planejamento tem por objetivos, buscar meios para solucionar os problemas, considerando a realidade de cada membro da comunidade escolar a fim de encontrar recursos para conduzir da melhor forma possível desenvolver cidadãos críticos e capazes de distinguir o certo do errado, para o bem de todos da comunidade.

8- Em que medida o seu planejamento é efetivado nas práticas educativas?

O planejamento é de suma importância na prática educativa, pois é por meio dele que buscamos mais conhecimentos e troca de experiências e buscamos informações para passar para os alunos de forma mais agradável todos os conteúdos conforme a área em que o aluno se encontra.

INSTITUTO ENSINA BRASIL  
FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Ao cumprimentá-lo/a apresentamos a entrevista semiestruturada como coleta de dados constituinte do empírico da pesquisa "O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS" realizada pelas acadêmicas MERYELLEN BRANDES FARIA E SEMADARHA DOS SANTOS, estudante de Pedagogia da Faculdade Doctum.

Dados de identificação

Nome (opcional): Ramirez Afonso O. Leite  
Idade (opcional): 37 Tempo de Magistério: 10 anos  
Tempo de magistério na EJA: 4 anos  
Qual sua carga horária de trabalho semanal: 80 horas 20

1- Qual sua formação inicial? Você tem formação específica para EJA?

Licenciatura plena em geografia

2- Na sua formação continuada, a EJA foi contemplada? De que forma?

Não

3- O que é planejamento para você?

Entendo que o planejamento é um exercício diário de analisar as possibilidades da efetivação do processo de ensino aprendizagem, assim como, propor e avaliar a dinâmica diária e contínua deste processo.

4- Qual a relevância do planejamento para o processo ensino/aprendizagem na EJA?

Fundamental. Uma vez que as necessidades são bastante específicas.

5- Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?

Existe, mas não é suficiente para garantir a qualidade necessária para a aprendizagem.

6- Você consegue utilizar esse tempo para o Planejamento?

Não.

7- Quais os princípios orientadores do seu planejamento?

A matriz curricular prevista no plano de ensino.

8- Em que medida o seu planejamento é efetivado nas práticas educativas?

É efetivado de forma satisfatória, embora as dificuldades relacionadas a reduzida carga horária de planejamento, a baixa frequência dos educandos e a falta de materiais adequados sejam fatores que interferem diretamente no planejamento diário das atividades.

INSTITUTO ENSINA BRASIL  
FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Ao cumprimentá-lo/a apresentamos a entrevista semiestruturada como coleta de dados constituinte do empírico da pesquisa "O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS" realizada pelas acadêmicas MERYELLEN BRANDES FARIA E SEMADARHA DOS SANTOS, estudante de Pedagogia da Faculdade Doctum.

Dados de identificação

Nome (opcional): Anderson Espirito Santo dos Santos  
 Idade (opcional): 37 Tempo de Magistério: 02 anos  
 Tempo de magistério na EJA: 02 anos  
 Qual sua carga horaria de trabalho semanal: 20 horas semanais

1- Qual sua formação inicial? Você tem formação específica para EJA?

Sou formado em História e minha formação para EJA é um curso de extensão de 300hs. pela Faculdade (FABRA)

2- Na sua formação continuada, a EJA foi contemplada? De que forma?

Sim? A EJA sempre é contemplada nos encontros, porque sempre é abordado as dificuldades de manter a clientela noturna, ou seja, o interesse dos alunos em frequentar as aulas noturnas

3- O que é planejamento para você?

planejamento é a forma que o professor pode pensar, pensar e refletir sobre sua disciplina e se questionar sobre as formas de ensino, e o que ele pode fazer para atrair os alunos para a sua disciplina.

4- Qual a relevância do planejamento para o processo ensino/aprendizagem na EJA?

De muita importância, pois o processo ensino/aprendizagem está ligado a forma em que o professor planeja e executa a sua aula, e também explica sua matéria.

5- Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?

Existe sim! mas o tempo não é satisfatório, pois muitas vezes o professor tem de levar trabalhos, provas e atividades para corrigir ou até mesmo planejar em casa.

6- Você consegue utilizar esse tempo para o Planejamento?

Não totalmente, porque são várias turmas, turmas, e não damos conta de fazer um

planejamento de qualidade

7- Quais os princípios orientadores do seu planejamento?

Conteúdo/aprendizagem - ou seja, foco na forma em que irei executar minhas aulas, e como os alunos irão absorver tudo aquilo que eu irei passar. Portanto, verifico se os conteúdos, os livros, estão de acordo com a realidade intelectual dos alunos. Analiso como posso melhorar e tentar mudar o quadro de baixo esquentado.

8- Em que medida o seu planejamento é efetivado nas práticas educativas?

Na medida em que os alunos correspondem as expectativas, ou seja, ocorrendo realmente a melhoria nas notas, no comportamento dos alunos, e na aprendizagem.

INSTITUTO ENSINA BRASIL  
FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Ao cumprimentá-lo/a apresentamos a entrevista semiestruturada como coleta de dados constituinte do empírico da pesquisa "O PLANEJAMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS" realizada pelas acadêmicas MERYELLEN BRANDES FARIA E SEMADARHA DOS SANTOS, estudante de Pedagogia da Faculdade Doctum.

Dados de identificação

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Idade (opcional): 26 anos Tempo de Magistério: 2 anos

Tempo de magistério na EJA: 2 anos

Qual sua carga horária de trabalho semanal: 25h (Prefeitura Serra), 25h (Estado)

1- Qual sua formação inicial? Você tem formação específica para EJA?

foi bacharel e licenciado em Biologia. Não tive, durante a faculdade, formação específica para EJA.

---



---



---



---



---

2- Na sua formação continuada, a EJA foi contemplada? De que forma?

Não tenho carga horária fechada em uma única escola, logo, não sou liberado para fazer formação continuada. Muito raramente acontecem episódios de formação continuada na escola (como uma que tivemos este ano), só que foi no horário de contraturno e eu não estava disponível neste horário, por isso não pude participar. Mas, em conversas com os colegas do magistério, foram discutidas muitas questões concernentes a EJA.

---

3- O que é planejamento para você?

Planejar é se programar, levando em consideração uma série de critérios como: o que está no programa, que conteúdos são importantes considerando a realidade local, as características do bairro e o que pode ajudar no trabalho dos alunos, bem como dicas para a manutenção da saúde e qualidade de vida. Após tal programação, o planejamento inclui a busca de informações atualizadas acerca do tema abordado, bem como a análise da melhor forma para trabalhá-lo com os alunos.

4- Qual a relevância do planejamento para o processo ensino/aprendizagem na EJA?

É importante (no caso de professores que não tiveram uma boa formação inicial ele é essencial, pois é o momento em que o professor vai se apropriar daquele conhecimento para poder passá-lo adiante. Infelizmente esta é uma realidade cada vez maior entre a categoria do magistério). Para professores que tiveram uma formação inicial sólida e consistente.

5- Existe tempo para o planejamento docente dentro do horário de trabalho do professor? Se existe, esse tempo é satisfatório?

Sim. Para professores com 25 horas por semana são 5 horas semanais reservadas para planejamentos. Penso que mais horas de planejamento seria importante para a melhoria na qualidade das aulas, porém, o fato de ter o planejamento já é positivo (obs: nas escolas particulares o professor não tem essas horas reservadas para planejamento, isso representa uma conquista importante do magistério público).

6- Você consegue utilizar esse tempo para o Planejamento?

No Estado sim, porque não há aulas seguidas (a quarta-feira é toda para o meu planejamento), já na Prefeitura é um

pois mais complicado conseguir realizar os planejamentos nos horários destinados para tal na escola porque como trabalho em 2 aulas não consigo ter um dia todo para planejamento. Aulas picadas não fazem o PL ser muito produtivo.

7- Quais os princípios orientadores do seu planejamento?

Preparar as aulas de forma que os objetivos possam ser alcançados, levando em consideração a realidade da comunidade e o mercado de trabalho ao qual eles vão ter mais oportunidade de se inserir.

8- Em que medida o seu planejamento é efetivado nas práticas educativas?

As informações que eu busco no meu planejamento eu tento passar para os meus alunos, mas o dia a dia na sala de aula é cheio de situações que requerem a reformulação do planejamento ~~em~~ num exercício de ação-avaliação-reflexão-ação de forma contínua para alcançar o almejado processo de ensino-aprendizagem.